

Constituinte guardará em arquivo ^{que} segredos de 20 meses de negociação

BRASÍLIA — Os bastidores das negociações que definiram a nova Constituição serão registrados pelo Núcleo de História Oral da Constituinte, criado pela Mesa Diretora para organizar uma memória áudio-visual dos 20 meses de debates e discussões. O projeto é coordenado pelo jornalista Jorge Cartaxo e dentro de quatro meses iniciará a fase de coleta de depoimentos, ouvindo parlamentares e representantes da sociedade civil.

“A idéia é recuperar tudo que a imprensa não viu e que os anais não registraram, reconstituindo um importante momento da história contemporânea”, explica o primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, encarregado da organização do trabalho. Para garantir a que toda a verdade dos bastidores seja recuperada com precisão, o entrevistado poderá exigir sigilo para seu depoimento pelo período de 15 anos. “Esse sigilo permitirá guardar segredos que hoje não seriam revelados por causa da conjuntura política”, observa Marcelo Cordeiro.

Sociedade civil já se prepara para reclamar direitos na nova Carta

BRASÍLIA — “Agora, os sindicatos vão ter que possuir mais advogados e menos médicos e dentistas”. O comentário é do líder do PT na Constituinte e candidato à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, ao comentar o fortalecimento dos sindicatos e das entidades da sociedade brasileira com a nova Constituição. A OAB dá razão a Lula. Ontem, o presidente do Conselho Federal da entidade, Márcio Thomaz Bastos, deu posse à Comissão Pós-Constitucional, constituída de 12 advogados, com a missão de preparar a aplicação real da nova Carta a cada cidadão. Outra tarefa dessa comissão: resolver as dúvidas que surgirão quando a nova Constituição entrar em vigor.

Dúvidas, realmente, não faltam. O que é uma propriedade produtiva? Como será aplicado o FGTS aos trabalhadores rurais? No caso de demissão de um trabalhador rural, como se aplicar a multa de 40% sobre o total dos seus depósitos, se estes ainda não existem? São algumas dúvidas que os juizes e parlamentares devem se preparar para resolver, já que começarão a ser discutidas em outubro pelo Conselho de Representantes da Contag.

Se existem dúvidas, também já surgem as primeiras certezas. Tão logo a nova Constituição passe a vigorar, a CUT entrará com um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal exigindo que o salário mínimo passe a atender, realmente, às necessidades básicas do trabalhador, como alimentação, habitação, educação, saúde, transporte, lazer etc. Com o mesmo bom humor de Lula, o presidente da CUT do Distrito Federal, Chico Vigilante, promete que vai entrar com um *habeas data* no SNI para conhecer tudo o que existe a seu respeito naqueles arquivos.

O mandado de injunção — pelo qual, qualquer cidadão pode reclamar no Supremo o cumprimento de um direito seu — deverá provocar polêmicas insuspeitadas até agora. Assim, a CNBB evita comentar se pretende se utilizar dessa medida para tentar impedir a exibição do filme “A última tentação de Cristo”, de Martin Scorsese (a censura agora é apenas classificatória). No entanto, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) garante: vai usar o mandado de injunção, juntamente com “outros cidadãos indignados” para tentar tirar do ar novelas que sejam pornográficas ou atentatórias à moral e aos bons costumes.